



PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
Avenida Santa Rosa, 609 Fone (055) 3551-2552

1

LICENÇA DE OPERAÇÃO

L.O Nº15/2018

A Prefeitura Municipal de Tenente Portela-RS, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Departamento de Meio Ambiente ao que determina a Lei Complementar 140/2011, e Lei nº 6.938, de 31/08/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e demais alterações, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/1990 no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução CONSEMA nº 252/2010 pela qual o Município tornou-se qualificado para a realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local, em conformidade com a Resolução CONSEMA nº 372/2018 e suas alterações, e com base nos autos do processo administrativo nº 062/2018, expede a presente **Licença de Operação de Renovação** que autoriza a:

I - Identificação:

EMPREENDEDOR: Vilson Felício dos Santos
CPF/CNPJ: 495.535.930-20
ENDEREÇO: Linha Baixo Azul

EMPREENDIMENTO:

LOCALIZAÇÃO: Linha Baixo Azul - Interior Zona Rural
98.500-000-Tenente Portela-RS
Coordenadas Geográficas: Lat.: 27°22'55.04"S
Long.: 53°53'47.72"O

A PROMOVER OS ESTUDOS E A VIABILIDADE RELATIVA Á ATIVIDADE DE: SUINOCULTURA – TERMINAÇÃO – COM SISTEMA DE MANEJO DE DEJETOS LÍQUIDOS Nº DE CABEÇAS – 300.

RAMO DE ATIVIDADE: 114,24
MEDIDA PORTE: 300 suínos
ÁREA CONSTRUIDA EM m²: 470
N.º DE GALPÕES: 01

II- Condições e Restrições:

2 - Quanto à localização e características da construção do galpão Suinícola, composteira, esterqueira:

- 2.1- O empreendimento está localizado a 190 m do Rio Turvo;
- 2.2- Estão localizadas a, no mínimo, 60 metros de reservatório artificial, e bebedouro para dessedentação animal, onde se orienta isolar a área e abastecer o gado em forma de tanques fora desta área.
- 2.3- Estão localizadas a, no mínimo, 176 metros das habitações vizinhos, implementar cortinamento vegetal, preferencialmente com espécies nativas.
- 2.4- Estão localizadas a 20 metros da estrada. Deve-se adotar o cortinamento vegetal.
- 2.5- Deverão manter dispositivos de segurança para a proteção contra vazamentos acidentais evitando a contaminação das águas e do solo.
- 2.6- O galpão suinícola não apresenta rachaduras nem vazamentos na sua estrutura. Deverá ser efetuado o replantio com árvores nativas, no cortinamento vegetal em seu entorno.
- 2.7- A esterqueira encontra-se fora da Área de Preservação Permanente (APP) e deverá ser mantida cercada com tela, com altura mínima de um metro, evitando acidentes com animais domésticos e transeuntes.
- 2.8- A composteira encontra-se fora da Área de Preservação Permanente (APP). Foi reconstruída em alvenaria, impermeabilizada em três módulos 4,70mx1,60m com telhado, e deve permanecer manejada de forma correta.
- 2.9- As caixas de inspeção do galpão deverão ser mantidas bem fechadas, de modo a não proliferar vetores e odor.

3- Quanto ao manejo dos resíduos:

- 3.1 - Ficam proibidos os lançamentos de resíduos e/ou dejetos "in natura", sem o prévio tratamento, nos recursos hídricos, mesmo que intermitentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
Avenida Santa Rosa, 609 Fone (055) 3551-2552

2

3.2 - O sistema de depósito de dejetos contempla uma esterqueira com capacidade total de armazenagem de 370 m³, incluindo as necessidades do galpão da propriedade, e os resíduos orgânicos a serem gerados pela atividade deverão ser destinados para uso agrícola, após tempo mínimo de estabilização de 120 dias.

3.3 – A esterqueira DEVERÁ ser operada sempre com uma folga técnica volumétrica de 20 %, para evitar o extravasamento dos dejetos e conseqüentemente a contaminação do solo e águas.

3.4 - Homogeneizar sempre o conteúdo das esterqueiras verificando a incorporação final da nata para evitar o assoreamento pela borra depositada no fundo, quando for transportar o material para as áreas agrícolas.

3.5 - Não queimar ou enterrar o lixo gerado pela atividade criatória devendo este ser destinado ao aterro sanitário e/ou depósito de resíduos sólidos e/ou usina de reciclagem da Prefeitura Municipal, devendo o lixo orgânico ser compostado e empregado na propriedade.

3.6 - As carcaças de animais mortos e resíduos de mesma origem deverão ser compostados em condições de máxima impermeabilização, a fim de evitar a contaminação do lençol freático.

4-Quanto às características da área de aplicação:

4.1-Deverão ser utilizados os solos com uma boa drenagem interna, não sujeitas a inundações periódicas.

4.2-O lençol freático deverá estar a pelo menos 1,5 metros de profundidade da superfície do solo, na situação crítica de maior precipitação pluviométrica.

4.3-Não poderão ser lançados resíduos em qualquer corpo hídrico, mesmo que intermitente.

4.4-Deverão ser adotadas práticas adequadas de controle da erosão, de acordo com a orientação técnica.

4.5-As áreas agrícolas receptoras dos dejetos estabilizados devem respeitar as Áreas de Preservação Permanente conforme Legislação ora em vigor.

4.6-Os resíduos não estabilizados (“in natura”) deverão ser imediatamente incorporados ao solo, sendo preferencial a aplicação de resíduos estáveis (curtidos).

4.7- As áreas de aplicação deverão ser de uso rural e devem estar em conformidade com as diretrizes de zoneamento do município, definidas pelas suas respectivas leis e pelo Código Sanitário - Lei nº 6.503/72 e Decreto Estadual nº 23.430/74.

5 - Quanto às condições da propriedade:

5.1-Conservar e ampliar as formações vegetais, em torno dos cursos d’água, numa distância de no mínimo 50 metros das nascentes de acordo com Legislação ora em vigor.

5.2-Deverão ser respeitadas as nascentes, olhos d’água, banhados, beira de rios, arroios ou sangas, considerados Áreas de Preservação Permanente – APPs, de acordo com Legislação ora em vigor.

5.3-Deverá ser observada a legislação referente ao manejo de mata nativa, e em caso de supressão de parte da mesma, deverá ser atendido o Decreto Estadual N.º38.355, de 01/04/98, com referência à apresentação da “Licença Prévia de Exame e Avaliação da Área Florestal”, emitida pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas – DEFAP.

5.4-Deverão ser adotadas medidas técnicas para manter o controle das moscas e de outros vetores no entorno e no interior das instalações.

5.5-É proibida a caça de animais da fauna silvestre, de acordo com o Decreto 6.514/08 e Lei Estadual nº11.520/00 - Código Estadual do Meio Ambiente, com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas.

5.6-A utilização de agrotóxicos e/ou medicamentos veterinários na propriedade deverá ser realizada conforme prescreve o Receituário Agrônomo e/ou o Receituário Veterinário.

5.7-Deverá ser estabelecido um depósito de embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários.

5.8-Não deverá ocorrer à queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme estabelece a Lei Estadual n.º 9.921/93, art.11. As embalagens de agrotóxicos deverão ser destinadas aos geradores do produto, conforme artigo 6º, parágrafo 5º, da Lei Federal n.º 7.802/89, alterada pela Lei Federal n.º 9.974/00 e Lei Federal nº 305 de 02 de agosto de 2010.

5.9- Armazenar os medicamentos veterinários sempre em local fresco, limpo, seco e ao abrigo da luz e separados dos agrotóxicos e de outros produtos não medicamentosos, principalmente aqueles com o conteúdo sob pressão.

5.10- Deverão ser sempre mantidas limpas e roçadas as áreas do entorno da esterqueira, do galpão suínico e da composteira.

5.11- O responsável técnico pelo licenciamento ambiental, Projeto Meio Ambiente – suinocultura, controle, tratamento e Destinação de Resíduos; Cobertura Vegetal, é o Técnico em Agropecuária Clair Jaime Andreolla, CREA RS 131724, ART nº 9652676.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
Avenida Santa Rosa, 609 Fone (055) 3551-2552

3

Este documento licenciatório está atrelado ao Parecer Técnico nº 14/2018 elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Gervazio Antonio Kaufmann, deste Município, sendo que possui viabilidade ambiental desde que seja atendido as condicionantes acima.

III - COM VISTAS À RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO, O EMPREENDEDOR DEVERÁ APRESENTAR OS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS, NO PRAZO MÁXIMO DE 120 DIAS DA EXPIRAÇÃO DE VALIDADE FIXADO NESTA LICENÇA, CASO O CONTRÁRIO O PEDIDO SERÁ DE REGULARIZAÇÃO:

- 1- Requerimento solicitando a renovação da Licença de Operação.
- 2- Cópia desta licença.
- 3- Formulário de Licenciamento Ambiental devidamente preenchido e atualizado em todos os seus itens.
- 4- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
- 5- Comprovante dos custos de Licenciamento Ambiental, Licença de Operação.
- 6- Relatório das condições de impermeabilidade dos galpões, caixas de passagem, esterqueiras e composteiras com memorial fotográfico.
- 7- Outros documentos, a critério do órgão ambiental competente. Desta forma, para obter mais informações, realizar consulta prévia ao órgão.

Esta licença é válida para as Condições/Restrições acima no período de:
27/08/2018 à 27/08/2022

Está licença só é válida para as condições descritas anteriormente, até a data da validade supracitada. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença ou algum item anteriormente citado for descumprido, automaticamente a mesma perderá sua validade.

Está licença também perderá a validade caso as informações contidas no formulário para o licenciamento desta atividade não correspondam à realidade, desde que caso haja alguma alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, ao Departamento Municipal de Meio Ambiente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciado por este documento.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

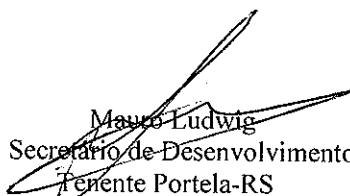
O empreendedor que não cumprir as determinações legais, estará sujeita às sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, conforme descrito na Lei Federal nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) e suas alterações.


RECEBI A 2ª VIA DO PRESENTE, E ESTOU CIENTE DAS CONDICIONANTES, RESTRIÇÕES E PRAZOS ESTIPULADOS NESTE DOCUMENTO.

Recebido em ___ / ___ / ___

Assinatura

Tenente Portela, 24 de agosto de 2018.


Mauro Ludwig
Secretário de Desenvolvimento Rural
Tenente Portela-RS


Eduardo Ruwer Patatt
Coordenador de Licenciamento e Fiscalização
Portaria nº 397/2017